

QUARTA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA FUNDAÇÃO AURY LUIZ BODANESE (FALB)

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E REGÍME JURÍDICO.

Art. 1º. A Fundação Aury Luiz Bodanese – FALB – é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por escritura pública lavrada no Cartório do 1º Tabelião de Notas e 1º Ofício da Comarca de Chapecó, Santa Catarina, Livro nº 09; e registrada em 26 de setembro de 1996, sob o nº 2.146, no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Chapecó, Santa Catarina.

Art. 2º. A Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB) terá duração indeterminada e sede e foro na Rua João Martins, n.º 219-D, fundos, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 3º. A Fundação (FALB) tem como finalidade:

I - incentivar, promover, coordenar, articular e executar programas, projetos e ações relacionados ao desenvolvimento:

- a) da cultura, da defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- b) da educação;
- c) da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- d) da modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- e) da promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

II - contribuir na defesa e garantia dos direitos de cidadania da população usuária da assistência social através do desenvolvimento de atividades de formação e organização social.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

Art. 4º. Para consecução de suas finalidades, a Fundação poderá:

I - celebrar convênios, contratos, acordos, e outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais;

II - realizar programas educacionais e projetos voltados ao cumprimento de suas finalidades;

III - promover ou incentivar a realização de eventos, palestras, seminários, exposições, cursos e concursos voltados ao cumprimento de suas atividades;

IV - conceder ajuda de custos ou prêmios;

V - produzir os recursos técnico-científico-operacionais que forem essenciais ao cumprimento das suas finalidades;

VI - criar, manter ou administrar unidades de apoio que foram essenciais ao desenvolvimento de suas atividades;

VII - desenvolver programas de promoção comunitária, apoiando a implementação de projetos voltados ao aprimoramento técnico-profissional de pessoas da comunidade;

VIII - constituir parcerias com entidades públicas ou privadas de objetivos afins, voltadas ao desenvolvimento de projetos que visem o alcance das finalidades institucionais;

IX - apoiar, direta ou indiretamente, com a execução de programas, projetos, planos de ação, ou através da cessão de recursos humanos ou de doação financeira, a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam na defesa pelos direitos sociais.

Parágrafo único: No desenvolvimento das suas atividades, a Fundação adotará práticas de planejamento sistemático de suas ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação das suas atividades.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 5º. O patrimônio da Fundação é constituído:

I - pela dotação inicial feita pelos instituidores;

II - por bens e direitos que venha a obter e/ou que a ela venham a ser afetados;

III - por legados, doações e auxílios que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - por recursos nacionais ou internacionais oriundos de instituições congêneres, para viabilizar a concretização das finalidades propostas;

V - por dotações orçamentárias oriundas de orçamentos públicos, decorrentes de co-participação em programa, ou atividades com objetivos afins;

VI - pelo superávit de suas atividades.

§ 1º. Os bens imóveis e os móveis ou equipamentos de grande valor só poderão ser alienados após autorização do órgão competente do Ministério Público.

§ 2º. Os bens, direitos, recursos, rendas e eventuais resultados operacionais da Fundação serão aplicados integralmente no território nacional e somente na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

§ 3º. É vedado e não se admite, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcela do seu patrimônio líquido.

Art. 6º. É vedada a aplicação de recursos patrimoniais da Fundação em ações, cotas ou obrigações das empresas ou entidades das quais participem os instituidores e eventuais mantenedores, assim compreendidas as pessoas físicas ou jurídicas que voluntariamente contribuem financeiramente para a manutenção da instituição, ainda que não majoritariamente.

Parágrafo único: Não poderão igualmente os recursos serem empregados, ainda que indiretamente, na remuneração dos instituidores ou ficarem sob custódia ou gestão destes.

Art. 7º. A Fundação manterá autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive em relação a seus instituidores e eventuais mantenedores.

Art. 8º. Constituem receitas da Fundação:

- I - as provenientes de seus bens patrimoniais, de fideicomissos e de usufrutos;
- II - as rendas em seu favor constituídas por terceiros;
- III - as rendas auferidas com os serviços que prestar;
- IV - as verbas que lhe advierem em virtude da elaboração e execução de convênios;
- V - as contribuições que lhe forem feitas por pessoas naturais ou jurídicas;
- VI - os auxílios e subvenções do poder público;
- VII - os créditos que lhe forem outorgados para suprir necessidades urgentes;
- VIII - os resultados positivos de pessoas jurídicas que venha a participar.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º. São órgãos da administração e de fiscalização da Fundação:

I - Da Administração:

- a) Conselho Curador;
- b) Diretoria Executiva;

II - De fiscalização:

- a) Conselho Fiscal.

§ 1º. É vedada a investidura pela mesma pessoa em cargos de órgãos distintos da Fundação.

§ 2º. É vedado a ex-integrante da Diretoria Executiva participar do Conselho Fiscal antes de aprovadas as contas do exercício em que o mesmo se desligou da função executiva;

§ 3º. É vedado a ex-integrante do Conselho Fiscal ocupar cargo na Diretoria Executiva nos 12 (doze) meses posteriores ao desligamento daquele órgão fiscalizador.

§ 4º. É vedado aos integrantes dos Conselhos e da Diretoria Executiva, e às empresas ou entidades das quais sejam aqueles diretores, gerentes, sócios ou acionistas, efetuarem negócios de qualquer natureza com a fundação, direta ou indiretamente, salvo após autorização prévia e fundamentada do órgão competente do Ministério Público.

Art. 10. Conselheiros, Diretores, instituidores, benfeitores (ou equivalentes) não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que desenvolvam em favor da Fundação.

SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR

Art. 11. O Conselho Curador é o órgão máximo de deliberação da Fundação e será composto por 7 (sete) membros efetivos e 4 (quatro) membros suplentes, com mandato de 4 (quatro) anos.

§ 1º. O Conselho Curador será presidido por membro escolhido pelo próprio Conselho dentre seus integrantes.

Art. 12. Compete ao Conselho Curador:

I - escolher e dar posse a seu Presidente e ao Secretário;

II - escolher, nomear e dar posse aos membros do próprio Conselho, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como destituir qualquer deles, neste caso por decisão motivada da maioria absoluta de seus membros;

III - aprovar o Regimento Interno da Fundação e suas alterações;

IV - zelar pelo prestígio e desenvolvimento da Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB), sugerindo as medidas que se façam necessárias;

V - fixar, até 15 (quinze) de Novembro de cada ano, as diretrizes de atuação, o plano de atividades, bem como o orçamento anual correspondente para o exercício seguinte;

VI - examinar e deliberar, até 31 (trinta e um) de maio de cada ano, sobre a prestação de contas do exercício do ano anterior, apresentada pela Diretoria Executiva com o parecer exarado pelo Conselho Fiscal;

VII - aprovar o plano de cargos e salários da Fundação;

VIII - deliberar sobre aquisição, alienação e oneração dos bens da Fundação, bem como sobre aceitação de doações, subsídios e legados;

IX - em conjunto com os membros da Diretoria Executiva:

a) alterar o estatuto da Fundação;

b) deliberar sobre a extinção da Fundação.

X - convocar a Diretoria Executiva, ou qualquer dos seus integrantes, quando entender necessário;

XI - solicitar ao órgão do Ministério Público, em situações de excepcionalidade, a indicação de um administrador provisório para fundação, às expensas da entidade;

XII - resolver os casos omissos deste estatuto.

Art. 13. O Conselho Curador reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, sendo o do Presidente do Conselho, caso necessário, o voto de qualidade.

§ 1º. As reuniões ordinárias serão quadrimestrais e realizar-se-ão em dia e hora designados pelo Presidente do Conselho, mediante aviso epistolar ou meio eletrônico, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, sendo de competência desta reunião tratar dos assuntos elencados no Artigo 12 anterior, a exceção daqueles enumerados no inciso IX, que serão de competência exclusiva da reunião extraordinária, convocada especificamente para tal fim, cabendo na ordinária, inclusive, a discussão de assuntos gerais não especificados na pauta, desde que de interesse da Fundação.

§ 2º. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas a qualquer tempo e por qualquer de seus membros, por intermédio do Presidente, mediante aviso epistolar ou meio eletrônico, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, com a obrigatoriedade da indicação, na pauta, das matérias para discussão, sendo vedado o tratamento de assuntos não especificados na pauta, competindo a esta reunião, de forma exclusiva, o tratamento dos assuntos enumerados no inciso IX, do Artigo 12 deste Estatuto.

§ 3º. O Conselho Curador somente poderá deliberar com a presença de mais da metade dos seus membros efetivos.

§ 4º. Na ausência de algum membro efetivo, o membro suplente presente assumirá a efetividade para o ato e para os efeitos de cumprimento do quórum de instalação da reunião e de deliberação.

SEÇÃO III

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 14. A Diretoria Executiva é o órgão de execução das atividades operacionais da Fundação e será composta:

I - pelo Diretor Presidente;

II - pelo Diretor Financeiro;

III - pelo Diretor Administrativo.

§ 1º. A Diretoria Executiva poderá ser integrada ainda por outros Diretores, de investidura temporária e atribuições específicas fixadas pelo Conselho Curador, que os escolherá e nomeará.

§ 2º. Os componentes da Diretoria Executiva poderão ser apoiados por coordenadores ou outros cargos criados em sua estrutura administrativa, cujas atribuições constarão do regimento interno.

§ 3º. Os integrantes da Diretoria Executiva serão escolhidos e nomeados pelo Conselho Curador para cumprirem mandato de 4 (quatro) anos e tomarão posse, no mesmo ato da escolha, perante o mesmo Conselho.

§ 4º. Na hipótese da vacância de algum dos cargos da Diretoria Executiva no curso do mandato, caberá ao Conselho Curador proceder à escolha e nomeação de outro membro que preencha a vaga pelo tempo restante do mandato.

Art. 15. Compete à Diretoria Executiva, coordenada pelo Diretor Presidente:

I - elaborar o regimento interno da Fundação, e propor sua alteração quando necessário, submetendo-as à aprovação do Conselho Curador;

II - elaborar o plano anual de atividades, o plano de marketing institucional, bem como o planejamento e a proposta de orçamento correspondente, submetendo-os à aprovação do Conselho Curador;

III - elaborar e apresentar a prestação de contas anual, submetendo-os à apreciação do Conselho Fiscal e, posteriormente, ao exame e deliberação do Conselho Curador;

IV - elaborar o plano de cargos e salários da Fundação;

V - organizar os serviços administrativos;

VI - gerir as atividades;

VI - autorizar viagens de serviço ou de estudo;

VII - em conjunto com os membros do Conselho Curador, observadas as competências das reuniões deste:

a) alterar o estatuto da Fundação;

b) deliberar sobre a extinção da Fundação.

Parágrafo único. A Diretoria Executiva reunir-se-á uma vez por mês e sempre que convocada pelo Presidente, quando apreciará relatórios parciais das atividades dos seus integrantes e deliberará sobre as matérias que lhe forem submetidas, sendo as decisões tomadas pela maioria de votos, exigida a presença da maioria de seus membros.

Art. 16. Compete ao Diretor Presidente:

I - representar a Fundação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, inclusive perante órgãos públicos interagentes da administração pública Federal, Estadual ou Municipal;

II - executar e fazer executar os planos e normas da Fundação;

III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

IV - admitir e dispensar pessoal administrativo;

V - movimentar, em conjunto com o Diretor Financeiro, os recursos financeiros da Fundação;

VI - fiscalizar a aplicação dos recursos da Fundação;

VII - praticar todos os atos necessários ao bom desempenho das atividades e finalidades sociais, delegando as atribuições que julgar conveniente;

VIII - firmar convênios e contratos em geral, inclusive, em conjunto com o Diretor Financeiro, aqueles junto às instituições financeiras, e contratos de trabalho, estes não de forma exclusiva, para a consecução do plano de atividades;

IX - assinar documentos em geral indispensáveis ao exercício das atividades da Fundação, inclusive aqueles junto a instituições financeiras, estes em conjunto com o Diretor Financeiro, além daqueles perante órgãos públicos integrantes da administração pública Federal, Estadual ou Municipal;

X - encaminhar ao Ministério Público, para autorização, as propostas de alienação de bens imóveis, bem como a de móveis e equipamentos de grande valor, após a aprovação do Conselho Curador;

XI - remeter, até 30 (trinta) de junho, ao órgão do Ministério Público o relatório de atividades e prestação de contas do ano anterior.

Parágrafo único: O Diretor Presidente poderá nomear coordenadores para áreas ou projetos específicos.

Art. 17. Compete ao Diretor Financeiro:

I - gerir e zelar pelos recursos financeiros da Fundação;

II - movimentar, em conjunto com o Diretor Presidente, os recursos financeiros da Fundação;

III - assinar, em conjunto com o Diretor Presidente, documentos e contratos junto a instituições financeiras.

IV - substituir o Diretor Presidente nas ausências deste.

Art. 18. Compete ao Diretor Administrativo:

I - organizar as atividades operacionais da Fundação de modo a executar os planos de trabalho no cumprimento das finalidades da mesma;

II - organizar e administrar o quadro de pessoal da Fundação;

III - organizar e distribuir as atividades operacionais da Fundação, de acordo com as competências do seu quadro de pessoal, executando os planos de trabalho.

IV - assinar documentos em geral, a exceção daqueles de competência exclusiva do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro, inclusive contratos de trabalho e aqueles destinados a órgãos públicos da administração pública Federal, Estadual ou Municipal.

V - em conjunto com outros membros da Diretoria Executiva, gerir as atividades da Fundação.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 19. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da administração contábil-financeira da Fundação, assim como dos atos da Diretoria Executiva desta e de seus membros, e será integrado por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes escolhidos pelo Conselho Curador para um mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Fiscal escolherão, entre seus pares, um Presidente e um Secretário do Conselho.

Art. 20. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar os atos da Diretoria Executiva da Fundação e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II - analisar a prestação de contas anual, elaborando o competente parecer, do qual deverão constar informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Conselho Curador;

III - informar ao Conselho Curador eventuais irregularidades da administração no desempenho de suas atribuições;

IV - examinar e emitir pareceres sobre demonstrações financeiras da Fundação e demais dados concernentes à prestação de contas perante o Ministério Público;

Art. 21. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinária e extraordinariamente sempre que convocado por seu Presidente, pelo Conselho Curador ou por iniciativa de seus próprios integrantes.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 22. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 23. Até o dia 30 (trinta) de setembro de cada ano, o Diretor Presidente da Fundação apresentará ao Conselho Curador a proposta orçamentária para o ano seguinte.

§ 1.º A proposta orçamentária será anual e compreenderá:

I - estimativa de receita, discriminada por fontes de recurso;

II - fixação da despesa com discriminação analítica.

§ 2.º O Conselho Curador terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas, salvo se consignar os respectivos recursos.

§ 3.º Aprovada a proposta orçamentária ou transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que se tenha verificado a sua aprovação, fica a Diretoria Executiva autorizada a realizar as despesas previstas.

§ 4.º Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a proposta orçamentária será encaminhada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ao órgão competente do Ministério Público.

Art. 24. A prestação anual de contas será submetida ao Conselho Curador até o dia 31 (trinta e um) de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 (trinta e um) de dezembro do ano anterior.

§ 1º A Prestação anual de contas da Fundação será realizada com observância dos princípios fundamentais e das Normas Brasileiras de Contabilidade e conterá, entre outros, os seguintes elementos:

I - Relatório circunstanciado de atividades;

II - Balanço Patrimonial;

III - Demonstração do Resultado do Exercício;

IV - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;

V - Relatório e parecer de auditoria independente, quando for o caso;

VI - Quadro Comparativo entre a despesa fixada e a realizada;

VII - Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a prestação de contas será encaminhada, até 6 (seis) meses após o encerramento do exercício financeiro, ao órgão competente do Ministério Público.

§ 3º O Ministério Público poderá requisitar, sempre que entender necessário, a realização de auditoria externa independente na Fundação, a expensas desta e sob acompanhamento do órgão ministerial.

§ 4º A auditoria externa poderá ser realizada, também, em decorrência de Lei ou a requerimento do Conselho Curador, da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.

Art. 25. A Diretoria Executiva dará publicidade, por qualquer meio eficaz, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras da Fundação, inclusive as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-as à disposição de qualquer cidadão para exame.

Parágrafo único: Durante a vigência de eventual contrato de gestão entabulado entre a Fundação e o Estado de Santa Catarina, a Diretoria Executiva, anualmente, fará publicar no Diário Oficial do Estado o relatório de execução do contrato de gestão e os relatórios financeiros da entidade, elaborados estes em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade.

CAPÍTULO VII

DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 26. O Estatuto da Fundação poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador, da Diretoria Executiva, ou de pelo menos quatro integrantes do Conselho Curador, desde que:

I - a alteração ou reforma seja discutida em reunião extraordinária conjunta dos integrantes do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, presidida pelo Presidente do primeiro, e aprovada, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes;

II - a alteração ou reforma não contrarie as finalidades da Fundação;

III - haja aprovação pelo órgão competente do Ministério Público.

CAPÍTULO VIII

DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Art. 27. A Fundação extinguir-se-á por deliberação fundamentada do Conselho Curador e da Diretoria Executiva, aprovada por maioria de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo Presidente do primeiro, quando se verificar, alternativamente:

I - a impossibilidade ou inutilidade de sua manutenção;

II - a nocividade e ilicitude de seu objeto.

Art. 28. Na reunião conjunta, já apreciadas as contas finais da Fundação, previamente aprovadas pelo órgão competente do Ministério Público, decidir-se acerca do patrimônio remanescente que, preferencialmente, deverá ser destinado a outra fundação congênere com atuação no Estado (registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, isto no caso de a Fundação obter o reconhecimento como entidade beneficente de assistência social), ou ao Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: No caso da extinção ou desqualificação da Fundação durante a vigência de um eventual contrato de gestão com o Estado de Santa Catarina, o patrimônio, legados ou doações que lhe forem destinados por força do referido contrato (e a ele afetados) serão incorporados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social congênere qualificada no âmbito do Estado na mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado ou dos municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados.

Art. 29. A ata da reunião que decidir pela extinção será encaminhada ao órgão competente do Ministério Público para deliberação.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. O Regimento Interno da Fundação regulamentará o presente estatuto e os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Curador.

Art. 31. O mandato dos cargos será sempre prorrogado até a posse dos sucessores escolhidos e nomeados na forma deste estatuto.

Art. 32. Ressalvadas a responsabilidade civil e criminal pelos atos que praticarem, os integrantes do Conselho Curador e da Diretoria Executiva não são solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas regularmente em nome da fundação.

Art. 33. Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da Fundação, com o direito de discutir as matérias em pauta nas mesmas condições que tal direito se reconhecer aos integrantes da administração da Fundação.

Parágrafo único: A Fundação, a partir de solicitação do órgão competente do Ministério Público, dará ciência, previamente, ao mesmo do dia, hora e local designados para suas sessões ordinárias e extraordinárias.

Art. 34. A Fundação manterá devidamente autenticados, escriturados, registrados (ou averbados), conforme for o caso, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e em outros órgãos competentes, os atos constitutivos da Fundação, os livros, as atas de suas reuniões e sessões, pareceres de seus órgãos colegiados, livros de contabilidade (e outros exigidos pela legislação); além dos pareceres e decisões do Ministério Público (quando de seus conteúdos constarem tal determinação).

Art. 35. A Fundação encaminhará ao órgão competente do Ministério Público, imediatamente após a sua edição, cópia do estatuto (e suas alterações), do regimento interno, dos regulamentos básicos, das alterações cadastrais, dos atos normativos e regulamentares, bem como dos documentos comprobatório dos principais atos de direção e administração, após registrá-los, quando for o caso, junto ao Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Art. 36. A mudança de sede da Fundação, a instalação de novos escritórios ou estabelecimentos (e a obtenção dos seus respectivos alvarás) e a qualificação como organização social ou OSCIP dependerão de prévia anuência do órgão competente do Ministério Público.

Art. 37. Especialmente para efeitos de possível concessão e renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Filantropia), ratifica-se neste capítulo final o que já se afirmou direta ou indiretamente no corpo deste estatuto, qual seja, que a Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB): a) aplica suas receitas, rendas rendimentos e eventual resultado operacional no território nacional e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais; b) aplica as subvenções e doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas; c) não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma; d) não remunera, nem concede vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título a seus diretores, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes.